PORTARIA Nº 001/2013/GBSES

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o acesso dos pacientes do Sistema Único de Saúde aos medicamentos especializados;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Estadual nº 225, de 22 de dezembro de 2004, que estabelece os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Estadual Nº 169, de 29 de julho de 2010, que exclui alguns medicamentos da Portaria Estadual nº 225, de 22 de dezembro de 2004 e todos os medicamentos da Portaria Estadual Nº 013/SES/GS/2004 de 28 de janeiro de 2004;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 2.981/GM, de 26 de novembro de 2009 e alterações posteriores, que aprova o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e, em especial, que a execução do Componente envolve as etapas de solicitação, avaliação, autorização, dispensação dos medicamentos e renovação da continuidade do tratamento;

CONSIDERANDO o atual processo de organização e estruturação da Rede Estadual e Municipais de saúde, em especial no tocante à oferta de consultas especializadas que ainda constitui um gargalo;

CONSIDERANDO que, nesse contexto de oferta ainda insuficiente de consultas e exames em algumas especialidades médicas, se faz necessário flexibilizar a efetiva e plena aplicação das regras e exigências dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, de maneira a evitar-se qualquer desassistência aos usuários de medicamentos especializados;

CONSIDERANDO também a necessidade de disciplinar e garantir a aplicação das referidas regras no limite da possibilidade para garantir a segurança dos usuários e o uso racional dos medicamentos; e

CONSIDERANDO que, de acordo com a Portaria nº 2.981/GM, o avaliador e autorizador deverá ser um profissional de saúde com ensino superior completo, registrado em seu devido conselho de classe e designado pelo gestor estadual.

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer para os casos de Renovação de Processos para continuidade de tratamento, novo prazo de transição, prorrogando até 31/12/2013 a não obrigatoriedade na exigência de médico especialista, salvo exceções nos casos em que o tratamento exige que o acompanhamento seja feito pelo médico especialista em virtude da complexidade da doença e medicamentos administrados.

Art. 2º Estabelecer, para o caso de ABERTURA DE PROCESSOS NOVOS, a obrigatoriedade de observância de todas as exigências do Protocolo do Ministério da Saúde, incluindo a exigência da consulta especializada e exames.

Art. 3º Designar os Farmacêuticos lotados no IPAS/CEADIS/FARMÁCIA CIDADÃ, para atuarem como **avaliadores** em situação excepcional.

Parágrafo único. Constitui situação excepcional o possível atraso na avaliação dos processos por algum médico e, diante disso, o risco iminente de desassistência de algum paciente. Nesses casos, fica autorizado(a) o(a) Farmacêutico(a) atuar na avaliação/autorização da continuidade do tratamento, cuidando de observar a manutenção dos mesmos medicamentos e do mesmo esquema posológico contidos em prescrição do respectivo processo do usuário, cuja emissão deverá obrigatoriamente ter sido realizadas há 6 (seis) meses ou menos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Cuiabá, 09 de janeiro de 2013.

(original assinado)
VANDER FERNANDES
Secretário de Estado de Saúde